

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

REQUERIMENTO Número /XI
(.ª)

PERGUNTA Número /XI (.ª)

Assunto: Despedimentos na PSA Peugeot Citroen de Mangualde com o objetivo da desvalorização social do trabalho

Destinatário: Ministério da Economia

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A fábrica da PSA Peugeot Citroen de Mangualde anunciou o despedimento de 280 trabalhadores. Este é mais um episódio de uma verdadeira novela da precariedade, em que os trabalhadores são tratados com o maior desprezo. Em 2009 a PSA Peugeot Citroen de Mangualde despediu 400 trabalhadores, em 2011 contratou 60 trabalhadores; em 2012 despediu mais 450 trabalhadores e no ano passado, em Abril, contratou 300 trabalhadores. Percebe-se que com o despedimento pretendido irá anular a admissão de trabalhadores que aconteceu no ano passado.

Mais uma vez se repetiu a promessa dos trabalhadores que agora irão ser despedidos “serão privilegiados em eventuais contratações futuras”. Ora, estas promessas servem para escamotear a redução salarial que é imposta sempre que acontece uma reintegração. Percebe-se, pois, que a empresa não respeita as obrigações sociais com os trabalhadores e utiliza os despedimentos como pressão para a redução salarial. Para a PSA Peugeot Citroen de Mangualde os trabalhadores são vistos como descartáveis.

Esta situação é inaceitável e não pode continuar, até porque a empresa teve

vários apoios públicos para a sua atividade. A PSA Peugeot Citroen de Mangualde recebeu do Estado benefícios e isenções fiscais e apoios de 8,6 milhões de euros em 2007 e 21 milhões de euros em 2010 para a criação de postos de trabalho e a manutenção da laboração. Por outro lado, também a Câmara Municipal de Mangualde cedeu terrenos pertencentes à Estrada Nacional 16 para a ampliação das instalações da fábrica da PSA.

A própria administração da fábrica de Mangualde reconhece que o terceiro turno criado em Abril de 2013, agora suprimido, "permitiu um acréscimo de exportações superior a 200 milhões de euros, dos quais apenas 4 milhões de euros foram para salários e 2 milhões de euros para impostos e contribuições sociais". Isto acontece porque no sector automóvel os salários representam apenas, em média, 5% dos custos de produção.

Assim, fica claro que as justificações apresentadas pela empresa para o despedimento (quebra nas exportações) não são as verdadeiras motivações para esta decisão. O que a empresa pretende é, mais uma vez, utilizar o despedimento para reduzir salários e o valor do trabalho. É a lei da selva laboral que a empresa está a aplicar.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação reportada na fábrica PSA Peugeot Citroen de Mangualde?
2. Considera o Governo aceitável a atitude da empresa nesta desvalorização do custo do trabalho através da diminuição dos salários dos seus trabalhadores?
3. Foram concedidos alguns apoios públicos a esta empresa, particularmente no âmbito do PASA nos últimos dois anos?
4. Quais os apoios públicos que, ao longo da última década, esta empresa teve acesso? Em que data e quais os montantes?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 2 de Junho de 2014.

O Deputado

**Pedro Filipe
Soares**